

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

As Nações Unidas atacam os problemas

PETER KIHSS

(Tradução de Maria de Lourdes
Lima Modiano)

A publicação do presente trabalho, da série "Problemas de Alimentação e População", da UNESCO, é este mês é de particular oportunidade, justamente quando se reúne em Quitandinha a Segunda Conferência Latino-Americana de Nutrição convocada pela FAO e destinada a estudar a política alimentar a ser adotada pelas nações deste Hemisfério. Seu autor é um jornalista norte-americano, redator do "New York Herald Tribune", que, de 1946 a 1948, serviu junto à ONU.

QUEREMOS PÃO

Eis a história de algumas (apenas algumas) das maneiras pelas quais as Nações Unidas e sua plêiade de organismos especializados, tendo ao centro a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) estão ajudando a produção do necessário pão, ajudando a levar saúde e alimentação apropriada a milhões de criaturas humanas no mundo.

1 — DE QUE NECESSITAM OS POVOS

Mesmo nos bons tempos, uma das causas do absenteísmo, da fadiga e do moral baixo na indústria, é a alimentação insuficiente. O valor das cantinas nas fábricas já foi provado à saciedade e hoje ninguém mais ignora que uma boa merenda, por exemplo, pode perfeitamente remediar o cansaço da tarde de trabalho; o mesmo se pode dizer quanto aos períodos de descanso no meio da manhã e ao meio da tarde. Esses e muitos outros conhecimentos foram colhidos nos primeiros relatórios científicos, reunidos e divulgados durante anos, desde a Primeira Guerra Mundial, pela Organização Internacional do Trabalho, um dos mais antigos e eficientes organismos internacionais, fundado logo no início do funcionamento da antiga Liga das Nações.

Os dados que essa Organização forneceu às várias repartições governamentais serviram para evidenciar, no começo da última guerra, a enorme importância de um controle alimentar minucioso, de modo que os trabalhadores da indústria, da mesma forma que os soldados, pudessem receber

uma quantidade normal de alimentos apropriados, para lutarem com todo vigor na frente da produção. Durante a guerra estabeleceu-se nos principais países um rigoroso racionamento e, mais tarde, em junho de 1942, os Aliados (Canadá, Estados Unidos e Grã-Bretanha), criaram uma Junta Mista de Alimentação (Combined Food Board), espécie de organismo internacional destinado a orientar os suprimentos norte-americanos, britânicos e canadenses para onde pudessem melhor favorecer o esforço de guerra.

Esse racionamento foi mantido, até certo ponto, desde então. Até o começo de 1949, cerca de 300 milhões de pessoas ainda dependiam dele para seu pão cotidiano. O resultado foi que o fornecimento de uma alimentação adequada passou a ser considerado, por toda parte, como uma responsabilidade dos governos. Embora em vários países tenham prosperado os mercados negros, em maior ou menor proporção de um modo geral, milhões de indivíduos aceitaram o princípio de que ao governo cabia distribuir entre eles de modo equitativo todos os alimentos de que dispunham e que o aumento da produção alimentar para todos e a elevação do padrão de vida é uma tarefa governamental.

A idéia do controle da distribuição nacional era o caminho lógico para a idéia mais ampla de uma justa distribuição internacional. Inúmeras razões levaram os administradores mundiais a tomar essa providência. Uma delas foi que cada vez, praticamente, que uma das organizações das Nações Unidas se dispunha a ajudar um país, defrontava-se ela com o seguinte fato: não havia país atrasado no mundo que não solicitasse, em primeiro lugar e acima de tudo, auxílio em gêneros alimentícios. Os arquivos da UNESCO atestam esse fato. Um dos objetivos primordiais dessa organização é incentivar a alfabetização no mundo inteiro, onde mais de cem milhões de indivíduos não sabem ler e escrever. O programa da UNESCO sobre educação básica visa particularmente as regiões e os grupos de população subdesenvolvidos. Estuda aquela Organização os meios pelos quais a educação poderá contribuir para elevar os padrões de vida e a produção alimentar. O conceito da UNESCO

sobre educação básica pode resumir-se no seguinte lema: "Ajudar os povos a se ajudarem a si próprios". Tem assim um alcance que vai além do ensino da leitura e da escrita, incluindo toda a escala do progresso das coletividades.

Assim é que a UNESCO chegou a patrocinar um projeto "pilot", como demonstração de métodos e técnicas. Foi o caso do projeto do Vale Marbial, no sul do Haiti, iniciado em 1948. Os 30.000 habitantes desse vale vivem em mísera promiscuidade, sofrendo de malária, dermatites e outras doenças endêmicas. Morrem de fome e o solo onde vivem vai sendo incessantemente carregado pelas chuvas. A equipe da UNESCO realizou inquéritos sociais e educacionais, aconselhando ao mesmo tempo ao povo alguns meios de atender às suas necessidades mais prementes — alimentação e saúde pública. Iniciou-se um programa de almoços escolares para fornecer a 400 crianças um bom prato de cozido diariamente. Os homens da "combite" (uma espécie de cooperativa local) construíram uma clínica onde foram centralizados os serviços médicos. Construíram uma nova estrada até o mercado, a 12 milhas de distância, e abriram um poço que produz 600 galões d'água fresca por hora. Ao mesmo tempo, o problema do desaparecimento do solo começou a merecer atenção e o povo procurou a ajuda dos técnicos agrícolas.

Embora recente, esse projeto já pôde demonstrar a estreita ligação existente entre a educação, a saúde e a ciência agrícola. A Organização Mundial de Saúde (WHO) e outras organizações estão atualmente trabalhando com a UNESCO no sentido de fornecer a orientação de que necessitam os habitantes do vale, para se libertarem da ignorância, da pobreza e da moléstia.

O desenvolvimento de certas regiões atrasadas vai-se processando espontaneamente, ao mesmo tempo. Parte da atual escassez de gorduras e óleos, no mundo, provém do declínio das exportações dos territórios coloniais, porque as populações locais já hoje conservam maiores quantidades desses produtos para consumo próprio. Essa foi outra razão que levou os governos a considerar o problema da alimentação sob o ponto de vista internacional.

Hoje estamos tomando consciência do problema da população mundial. Cada ano que passa significa novas bocas a alimentar e, por conseguinte, ameaça de fome em grande escala neste ou naquele país.

Facilitando a transição

Todavia, a necessidade mais fundamental, a verdadeira razão da cooperação internacional, é a tarefa de fazer com que, nos países esfacelados pela hecatombe da guerra, fôsse a Paz alguma coisa mais do que a simples ausência de granadas e bombas. A reconstrução e a recuperação de cidades e aldeias onde se havia lutado, era mais do que um caso de humanidade. Era uma necessidade militar imediata e, subseqüentemente, uma necessidade econômica internacional. É o que explica a criação, por 44 governos, em novembro de 1943, da Administração de Auxílio e Reabilitação

das Nações Unidas (UNRRA), o primeiro organismo internacional oficial de auxílio, na História da humanidade.

A UNRRA penetrou em 17 países devastados pela guerra para combater a fome e as epidemias e proteger contra colapsos econômicos as respectivas estruturas sociais. Vinte e cinco milhões de toneladas de mercadorias foram transportadas por mais de 6.000 navios, desde março de 1945, até ser encerrada a missão da UNRRA em junho de 1947, na Europa e, seis meses mais tarde, no Extremo Oriente.

Dos carregamentos da UNRRA, nove milhões de toneladas eram constituídos de cereais. Bastante trigo para fazer cinco pães de meio quilo para cada habitante do globo. No auge de suas atividades, fornecia a UNRRA refeições suplementares a 10 milhões de crianças. Iniciou ela uma campanha contra a malária na Itália e na Grécia.

As nações assim auxiliadas foram abastecidas de instrumentos, produtos químicos, sementes e gado, num total que se calculava capaz de tornar produtivos novamente cerca de 25 milhões de acres. Trezentos mil animais de criação foram enviados para além-mar, "na mais importante migração de animais por via marítima, desde os tempos de Noé". Auxiliou o combate aos gafanhotos, com a doação de lança-chamas, "jeeps" e de um produto químico denominado "gammexame".

A batalha da UNRRA contra a malária na Grécia, levada a efeito depois de 1947 pela Organização Mundial de Saúde, é um episódio cheio de dramaticidade. Tratava-se de eliminar o mosquito "Anopheles", cuja picada propaga o germe da malária. O pessoal da UNRRA pulverizou manualmente, com inseticida DDT, cada uma das casas das aldeias menores e todos os matadouros, leiterias, restaurantes, mercados e monturos das cidades. Seus aviões, pintados de branco com uma cruz vermelha e a inscrição "Profilaxia da Malária", tinham toda liberdade para sobrevoar qualquer dos lados da guerra civil, espalhando, de uma altura de seis metros, uma neblina de DDT em todos os vales, em todos os lagos, em todas as águas paradas onde proliferam os mosquitos (mais de oito hectares por minuto).

Dois terços de todo o território grego foram assim "dedetizados", com uma despesa de 30 cents. *per capita* do total da população. Os mosquitos foram exterminados aos milhares. De um milhão de casos por ano, a incidência da malária reduziu-se a 50.000 novos casos anuais e 30 milhões de dias de trabalho foram poupados, graças à diminuição das faltas por doença. Esses 30 milhões de dias foram ganhos para a indústria e a lavoura e os gregos puderam assim produzir mais alimentos.

A malária não é um problema apenas da Grécia. É um problema internacional, um problema mundial. Os mosquitos não conhecem fronteiras. Insetos criados na Grécia podem voar para a Turquia ou para a Albânia. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a malária constitui, no mundo inteiro, um dos maiores problemas de saúde pública. Ataca anualmente 300 milhões de indivi-

duos, dos quais morre um em cada cem. Além disso, seus estragos são maiores nos países agrícolas, principalmente nos que produzem arroz e dêle vivem. No Sião, a malária grassa duas vèzes por ano. O primeiro surto, em julho, agôsto e setembro, prejudica grandemente os trabalhos do campo, como se verificou pelo relatório de uma comissão da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas). O segundo surto começa em novembro, prolongando-se até março. O resultado é o atraso e a redução dos trabalhos de colheita. As épocas de incidência da moléstia não poderiam ser piores, uma vez que um homem doente é um mau lavrador.

E' êste, pois, outro problema a ser resolvido para a construção de um mundo melhor. Homens doentes são maus lavradores, maus lavradores produzem menos alimentos, menos alimentos significam um povo subnutrido, um povo mal alimentado é mais exposto a doenças e os doentes não podem trabalhar. E' um círculo vicioso que gera um estado geral de inquietação. "Pão significa paz" — disse Lord Boyd Orr, primeiro Diretor-geral da FAO — e dar pão significa eliminar o círculo vicioso, apelando para as nações sãs e ricas para ajudarem as pobres e doentes.

2 — ALGUNS FATOS ACÊRCA DA ESCASSEZ ALIMENTAR

A população mundial está crescendo. Um dos primeiros problemas atacados pelas Nações Unidas foi o de especificar quanto, em que ritmo e onde está essa população aumentando. A Comissão de População, que dispõe de peritos de doze nações auxiliados por um Secretariado, foi incumbida, pelo Conselho Econômico e Social, de realizar estudos e aconselhar linhas de conduta e políticas.

Apenas para pouco mais de um quarto das populações do globo existem estatísticas com dados mais ou menos precisos sôbre as cifras atuais. Assim, a Comissão tomou a si o encargo de encarregar aos governos das nações-membros, a necessidade da realização de recenseamentos por volta de 1950, especificando os itens que serão submetidos a confronto internacional.

Com reserva de uma boa margem de erros, a Divisão de População do Secretariado indicou que o mundo, em comêço de 1949, contava talvez 2.375 bilhões de habitantes. A natalidade prevista para o decurso do ano era de 85 milhões e a mortalidade, de 60 milhões. Nestas condições, o ano devia trazer mais 25 milhões de bôcas para alimentar e satisfazer.

Anualmente, pois, a população mundial cresce na proporção de cerca de 1%. Mas essa proporção varia segundo a região. Na América Latina, nestes últimos anos, o aumento tem sido de mais de 22%, enquanto que nos países mais adiantados do Norte, Oeste e Centro do continente europeu, tem sido apenas de 0,7%.

As crianças, naturalmente, têm que depender de alguém. Sômente os indivíduos entre 15 e 59 anos de idade podem ser levados em conta como

produtores ativos. Os estudos da ONU demonstraram que a baixa produção de alimento *per capita* nas nações economicamente subdesenvolvidas pode ser atribuído em parte à grande percentagem de crianças nas respectivas populações — situação essa decorrente não só do alto índice de natalidade como também da curta duração da vida humana.

Por exemplo, na América Latina, na África, no Oriente Próximo e na maior parte da Ásia, as crianças constituem 40% da população. Na Europa setentrional, ocidental e central, representam apenas 24%. O Diretor da Divisão de População reconheceu que, na América Latina, para cada grupo de 10 pessoas entre 15 e 59 anos de idade, há 75 crianças. Naquelas zonas da Europa, há menos de 40 crianças para idêntico grupo de habitantes.

Determinação do valor nutritivo dos alimentos

Que acontece quando melhoram as condições de vida? Na Índia, em 10 anos de relativa ausência de fomes coletivas (1931 a 1941) houve um aumento de cerca de 50 milhões numa população já imensa (quase 15% mais, num decênio).

Haverá alimentos suficientes para isso? A pergunta faz-nos lembrar que a insuficiência de alimentos provoca tôda uma gama de sintomas, desde a simples fadiga acompanhada de apatia, aumento de incidência de doenças até a fome aguda e a morte. A determinação do número de pessoas que morrem por alimentação insuficiente em cada país não constitui índice da extensão da subalimentação no mesmo. Outros métodos se impõem.

E' nesse ponto que é preciso recorrer aos homens de ciência. Uma das maneiras mais acertadas é determinar a quantidade de alimento que um homem deve consumir simplesmente para produzir o calor do organismo. Em seguida, determinar a quantidade a mais de energia que lhe será necessária para executar diferentes trabalhos.

O valor calórico ou energético de determinadas quantidades de diferentes alimentos pode também ser determinado e, confrontando-se êsses dois grupos de cifras, será possível dizer-se que um homem deve comer esta ou aquela quantidade de pão, para sobreviver apenas, ou tantas batatas, se se tratar de um mineiro. As cifras sôbre o valor energético são chamadas calorias e um indivíduo normal precisa, em média, de cerca de 2.500 calorias diárias e de muito mais se tiver que executar um trabalho pesado.

Assim, os alimentos que comemos podem ser expressos em termos de calorias. Isso, porém, nada indica quanto à quantidade de vitaminas ou proteínas, mas constitui pelo menos uma orientação parcial, de um aspecto essencial do regime alimentar nacional. Para planejar a alimentação, calcula-se, geralmente, o total de alimentos existentes num país (tantas toneladas dêste produto e tantas toneladas daquele) para calcular na base de dados de laboratório a quantas calorias corresponde êste total e, depois, dividir a cifra encontrada pelo total da população. Dêsse modo, o número de calo-

rias que cada indivíduo pode receber, se todos os alimentos forem divididos de modo absolutamente equitativo e não houver qualquer desperdício. Mas, naturalmente, haverá sempre um inevitável desperdício e, além disso, os alimentos não são distribuídos igualmente para todos. Contudo, esse cálculo serve para indicar, até certo ponto, a situação. Dá uma espécie de limite mínimo. Se as calorias *per capita*, assim calculadas, estiverem abaixo de 2.500, não há dúvida que haverá gente passando fome.

Inquérito alimentar mundial

Uma das primeiras tarefas da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) consistia em coligir dados acerca das cotas de calorias no mundo antes da guerra. Seu "Inquérito alimentar mundial" mostra-nos como 70 nações estavam administrando seus alimentos até 1939, época em que a população mundial tinha vários milhões de habitantes menos do que hoje. Verificaram que os Estados Unidos, o Canadá, quatro nações latino-americanas, a maior parte da Europa, a URSS, a Austrália e a Nova Zelândia abrangendo juntos um terço da população do globo — dispunham de farto abastecimento alimentar, com 2.750 calorias, em média, *per capita*. Nesses países, qualquer subnutrição devia, evidentemente, provir da má distribuição.

Certas regiões da Europa Meridional, o Oriente Médio, a Ásia, a África e a América do Sul,

constituindo a sexta parte da população mundial, tinham regimes alimentares médios.

A metade farrinta

Mas a metade da humanidade vivia em regiões onde o abastecimento alimentar, mesmo calculado na base planejada, já descrita, sem pensar nos alimentos que, efetivamente, chegavam a cada mesa, não dava para manter uma saúde normal, para permitir o crescimento normal das crianças nem para fornecer energia suficiente para um trabalho normal. Em 1939, metade dos povos do mundo não estava recebendo alimentos suficientes, em termos de calorias.

O mapa anexo ilustra a situação desses 70 países.

Sobre as condições de vida de após-guerra, não existem dados tão completos, mas os estudos preparados pela Conferência da FAO em Washington em setembro de 1948, indicavam que no período de um ano, encerrado a 30 de junho de 1948, os povos de após-guerra, com exceção da União Soviética, dispunham de 12% menos de alimentos, *per capita* do que haviam tido em média, no mesmo espaço de tempo, entre 1934 e 1938.

Essa diminuição proveio, em parte, do fato da produção alimentar não haver, ainda, na época, recuperado os níveis de antes da guerra e, em parte, do aumento da população.

O panorama alimentar de 1947/48 podia ser resumido, tomando-se o período 1934/38 como 100, do seguinte modo:

Região	Produção	Suprimento	
		Total	Per capita
Extremo Oriente	93	95	87
Estados Unidos e Canadá	129	122	108
América Latina	120	127	102
Europa (com exclusão da URSS)	74	75	73
Oceania	111	110	96
Mundo (com exclusão da URSS)	96	96	88

Em resumo, com exclusão da Argentina, Oceania, Canadá, Estados Unidos e alguns países europeus, ninguém pode ter bastante alimento. E mesmo nos lugares mais afortunados, quando acontece que os preços são altos e o povo ignora o valor nutritivo dos alimentos, ainda existe subnutrição. Um estudo levado a efeito no Canadá, por exemplo, mostra que 25% dos canadenses recebem menos alimentos do que seria de desejar, para manterem a saúde. Aí está a base para ação.

3 — A PARTILHA

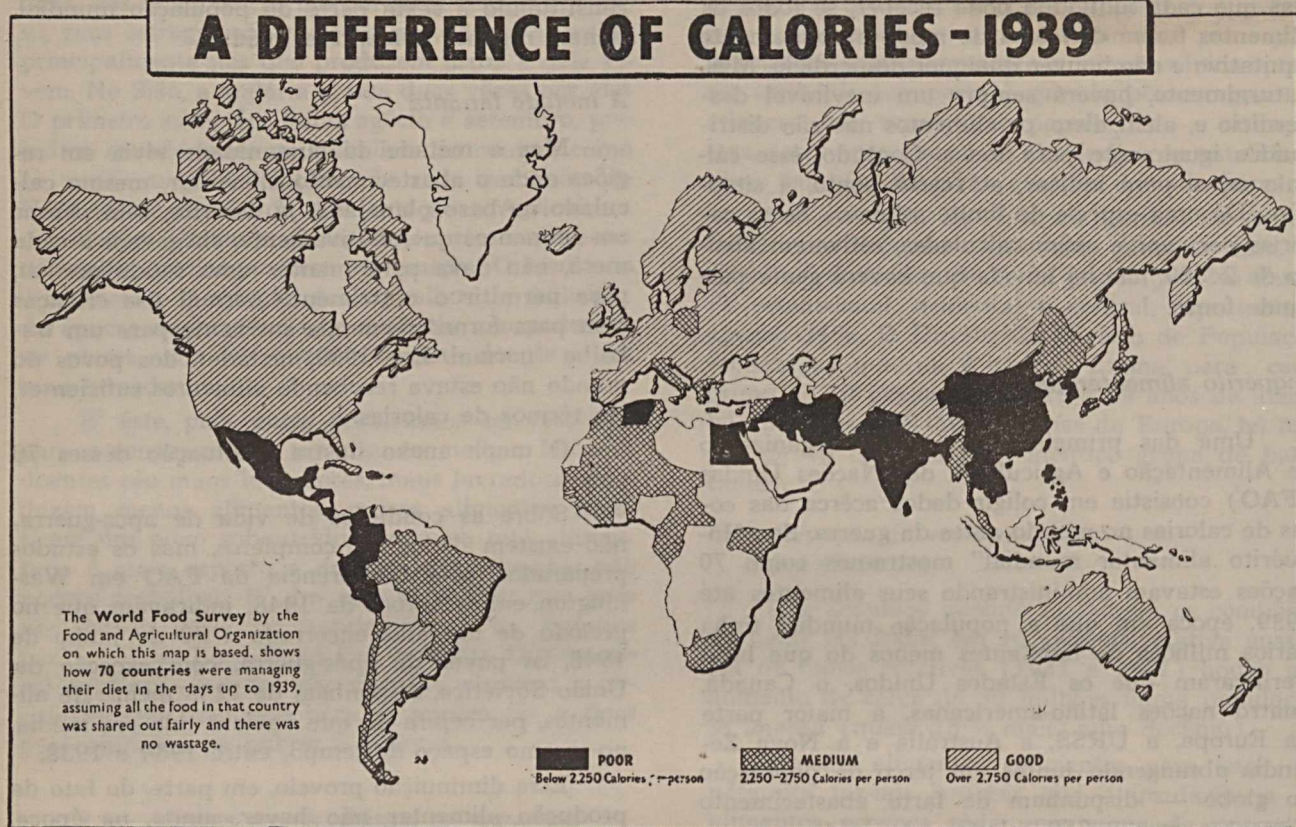
A 2.^a Guerra Mundial terminou há quatro anos (1), durante os quais a escassez alimentar

poderia ter feito do mundo o paraíso dos exploradores. Se estes não puderam aproveitar, foi graças aos esforços de cooperação internacional realizados desde o início.

Toda a fraternidade dos organismos das Nações Unidas e respectivas agências passou, virtualmente, a concentrar-se no problema da alimentação e das populações do mundo — a UNESCO, a FAO, a WHO, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a Organização Independente de Trabalho, entre outras agências, o Trusteeship Council para os Territórios sob Mandato; a Assembléia para o conjunto dos povos do mundo; o Conselho Econômico e Social, no papel de coordenador de agências e comissões. São estes os construtores da Paz, enquanto o Conselho de Segurança procura manter a ordem existente, para que os mesmos possam trabalhar.

1) O presente trabalho foi publicado pela UNESCO em 1949. (N.T.)

A DIFFERENCE OF CALORIES - 1939



Embora tenha sido extinta a UNRRA as necessidades de auxílio permanecem. Entre os sucessores daquela entidade está o Fundo Internacional de Emergência para Auxílio à Infância, criado pela Assembléia Geral em dezembro de 1946. O Fundo constituiu seus recursos com os saldos deixados pela UNRRA, com contribuições governamentais, e, mais tarde, com donativos individuais angariados através de organismos tais como o "Appeal for Children" das Nações Unidas.

A fim de constituir uma nova geração mais sadia, o "Children's Fund", em cooperação com os governos dedicou-se a fornecer refeições diárias suplementares, em 1949, a 4.335.750 crianças e mães, em doze nações européias, a uns 350.000 jovens refugiados na Palestina e mães também refugiadas e a cerca de 117.000 crianças chinesas, quando iniciou o programa de auxílio ao Extremo Oriente. Um milhão de crianças alemãs passaram a receber doses diárias, protetoras, de óleo de fígado de bacalhau.

Atendendo a um apêlo da FAO, em maio de 1946 foi criado o Conselho Internacional de Emergência Alimentar. Dentro desse Conselho, 38 nações (quase todos os maiores vendedores e compradores, com exceção da Argentina e da União Soviética) concordaram em examinar os "stocks" exportáveis existentes de certos gêneros mais escassos. Sugeriram, então, como distribuir, equitativamente, esses suprimentos, de modo a que não ficassem os mesmos reservados aos maiores pagadores.

De início criado como conselho autônomo e, posteriormente, transformado em Comitê subordinado à FAO, o Conselho Internacional Alimentar de Emergência (IEFC) tornou-se um centro inter-

nacional de trocas. Suas recomendações passaram a orientar as transações do comércio internacional, segundo as necessidades e as possibilidades reais de satisfazê-las.

No seu período magno, o IEFC votou recomendações quanto à distribuição de cerca de 90% dos alimentos em circulação no comércio internacional. As nações que dispunham de excedentes dos gêneros mais escassos mantinham as exportações sob controle, a fim de permitir a execução do programa. As nações que necessitavam desses gêneros, controlavam as respectivas importações.

Dezoito grupos de mercadorias foram incluídos nesse programa: tártaro e ácidos tartáricos, feijões e ervilhas, cereais, cacau, produtos de laticínios, frutas secas, óleos essenciais e gorduras, alimentos para gado, adubos, produtos de pesca, frutas e legumes, carne e derivados, pimenta e especiarias, arroz, sementes, açúcar, chá e concentrados vitamínicos.

Foi um movimento voluntário e as recomendações nem sempre eram completamente observadas num mundo onde as nações ainda não aprenderam a receber ordens de um parlamento internacional. A cooperação foi grande, porém. Uma lista de vinte e uma "allocations" e numerosas modificações aditivas, recomendadas entre 1.º de setembro de 1947 e 1.º de agosto de 1948 mostraram que, multiplicadas pelo número de países abrangidos em cada uma delas, 275 propostas haviam sido apresentadas para ação nacional.

Apenas em 13 desses 475 países os respectivos governos se recusaram a cooperar. A aceitação foi, por conseguinte, de 97%. Os inquéritos levados a efeito pelo Secretariado mostravam que, em mé-

dia, mais de 90% dos compromissos foram cumpridos no decurso dos trabalhos.

Eis o que se passou:

O arroz, por exemplo, único gênero ainda subordinado a cotas internacionais depois de julho de 1949, representa o alimento básico de mais da metade da população do globo — cem milhões que vivem na Ásia meridional e oriental consomem nove décimos do arroz produzido no mundo.

Os povos que se alimentam principalmente de arroz, aumentaram em 20% entre as duas guerras mundiais. A produção de arroz aumentou porém apenas em 10%. A guerra prejudicou as safras e o transporte desse produto. Por volta de 1946, o primeiro ano da nova paz tão precária, a quantidade de arroz exportável representava apenas uma quarta parte do que era antes da guerra.

A fim de escoar a maior quantidade possível de arroz para os compradores asiáticos, o IEFC conseguiu sacrifícios do resto do mundo. Durante o ano de 1947, nenhuma cota de arroz foi concedida para a Europa, com exceção do que fosse produzido dentro do próprio continente ou do proveniente do Irã.

Os suprimentos de arroz melhoraram de certo modo, nas estimativas para 1948, embora permitindo apenas prever-se a exportação de menos da metade da quantidade exportada antes da guerra.

As nações exportadoras insistiam para que fossem restabelecidos pelo menos alguns dos padrões comerciais históricos, a fim de incentivar os produtores que antes da guerra haviam conquistado mercados para variedades especiais e para atender a determinadas necessidades de alimentação de crianças e dos hospitais. Foram assim concedidas cotas especiais para a Europa.

Foi quando sobrevieram dificuldades. A guerra civil devastara Burna, maior centro exportador de arroz do mundo. O transporte do arroz para os portos de Burna ficou transtornado e esta já não podia atender aos seus objetivos de exportação.

Uma questão de transportes

Em setembro de 1948 o IEFC fez um apêlo no sentido de serem adiadas as remessas dos carregamentos de arroz destinados à Europa a fim de permitir que os "stocks" fossem desviados para o Sudeste da Ásia.

Atendendo a êsse apêlo, os Estados Unidos e o Equador concordaram em enviar à Ásia milhares de toneladas de arroz que estavam reservadas para a Europa. A Itália, o Egito e o México também concorreram com outros carregamentos para atender às necessidades asiáticas.

A fim de contornar as dificuldades de transporte, a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (Intergovernmental Maritime Consultative Organization) reuniu-se em conferência em março de 1948 a fim de estudar os meios de promover uma cooperação internacional de navegação e procurar remover as restrições e discriminações governamentais.

No tocante ao transporte terrestre, já havia comissões regionais em funcionamento sob a orientação do Conselho Econômico e Social que auxiliou nesse particular. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa tomou a direção da European Central Inland Transport Organization, agência interaliada, e transformou-o num comitê que promoveu acordos para a liberdade de trânsito quanto ao transporte de mercadorias na Europa Ocidental. O comitê também tomou a seu cargo simplificar e normalizar o movimento de carros de carga nas estradas de ferro no continente convulsinado pela guerra.

Auxílio à distribuição

Muitas vezes, porém, não basta um simples acordo quanto ao destino a dar a determinados gêneros e quanto a providências que possibilitem o seu transporte. O gênero tem que ser pago e, no comércio internacional; isso significa, não raro, divisas estrangeiras. Mas como a guerra alterou os velhos moldes comerciais, os Estados Unidos e o Canadá passaram a exportar alimentos em quantidade duas vezes superior à que exportavam anteriormente e isso, naturalmente, tinha que ser pago em dólares e não em libras, dracmas ou pesos. A fim de auxiliar êsses países mais pobres em dólares a comprar mercadorias no Novo Mundo, foi criado o Fundo Monetário Internacional. Desde 1.º de maio de 1947, essa entidade garantiu cerca de 700 milhões em ouro ou em moeda local. Dois exemplos ilustrarão melhor essa atividade.

O inverno de 1946 foi um dos mais rigorosos da história da Europa e os prejuízos nas colheitas assumiram enormes proporções na primavera de 1947. A fim de compensar essas perdas de alimentos, a França, de um momento para outro, foi obrigada a comprar alimentos da América do Norte e para isso necessitava de divisas. O Fundo, imediatamente interveio e vendeu à França câmbio correspondente a 125 milhões de francos nos meses de maio e junho de 1947. A Grã-Bretanha, nas mesmas tristes condições, obteve o correspondente a 300 milhões de libras esterlinas.

Organização do comércio internacional

Na Ásia, também, a natureza foi inclemente. Durante três anos a Índia sofreu os efeitos de secas e inundações; em 1948, foi varrida por um ciclone. Os malogros das colheitas e as perturbações políticas burnesas, já aludidas, aliadas à suspensão do suprimento de arroz asiático, compeliram a Índia a comprar alimentos na área do dólar. Para ajudar a solucionar as dificuldades de câmbio, o Fundo Monetário Internacional forneceu câmbio para 90 milhões de rupias.

Além da ajuda imediata a prazo curto, desse tipo, as Nações Unidas estão planejando facilitar as dificuldades comerciais de longo prazo, pela criação de outro organismo. A International Trade Organization (Organização de Comércio Internacional) em seu estatuto já projetado, prevê novos acordos entre nações agrícolas e nações consumi-

doras, nos moldes do acôrdo sôbre o trigo recentemente negociado. Espera-se que êsses acôrdos possam atender às “dificuldades especiais” com que se deparam os agricultores e pescadores na venda de suas “mercadorias primárias” — os problemas de excedentes inegociáveis e das oscilações pronunciadas de preços. Nesses acôrdos, as nações exportadoras garantirão certos fornecimentos e, em retôrno, as nações consumidoras deverão prometer previamente importar a quantidade mínima, pelo preço mínimo fixado. O contrato será feito e assinado antes de se saber se a safra será boa ou má. Até agora, qualquer ano de escassez tem significado elevação brusca dos preços devido à falta de gêneros e muitos povos passaram fome por não poderem atender a êsse encargo. Por outro lado, os anos de fartura têm significado tal superabundância que os agricultores vendem abaixo do preço de custo, para se livrarem das respectivas colheitas e muitos se têm arruinado para sempre com isso. Se o ITO (International Trade Organization) conseguir convencer os respectivos membros de que devem cooperar no próprio interêsse para pôr um fim a êsse desequilíbrio de flutuação entre a produção e o consumo, ano após ano os alimentos aparecerão e os agricultores serão pagos.

4 — PARA FAZER RENDER OS SUPRIMENTOS

Na campanha visando dar aos povos da Terra mais alimentos, uma das primeiras providências que se impunham era reduzir o desperdício. Na reunião da FAO nas Filipinas, para tratar do problema do arroz, em março de 1948, calculou-se que as perdas de arroz no mundo em consequência da falta de cuidado e das pragas, iam a cerca de 12 toneladas por ano, ou seja, mais ou menos quatro vezes a quantidade a que se reduzira êsse cereal em circulação no comércio internacional na época da reunião.

Segundo os cálculos feitos, 33 milhões de toneladas de cereais usados na panificação e de arroz haviam sido destruídos por insetos, ratos e fungos, quantidade essa que corresponde mais ou menos à quantidade posta no comércio mundial. Sem êsse prejuízo, 130 milhões de indivíduos poderiam ter sido alimentados durante um ano.

A história dos gorgulhos, e de toda espécie de pragas de cereais e de farinhas e os hábitos dos ratos mereceu grande divulgação por parte da FAO, através de reuniões de técnicos e publicações especiais, destinadas a esclarecer a todos os que precisavam desses conhecimentos. O emprêgo de pulverizações e fumigações, venenos e armadilhas foi divulgado universalmente e o uso da “combine-harvester” nas horas mais secas da tarde foi explicado e incentivado, visando evitar o ataque dos fungos. A FAO dirigiu apelos aos vários governos no sentido de patrocinar campanhas contra o desperdício e proporcionar maiores facilidades e técnicas. Em comêço de 1949, os movimentos nacionais para o contrôle dessas infestações, haviam salvo, segundo os cálculos da FAO, dois a três milhões de toneladas de alimentos anualmente, para os povos famintos.

Além de divulgar conhecimentos dêsse gênero, a FAO ofereceu serviços de consultas técnicas. Seus entomologistas realizaram um inquérito no Egito. Observaram que a maior parte dos cereais egípcios destinada ao consumo das cidades era guardada em “shounas” ao ar livre, rodeadas de arame farpado e um rêgo de escoamento, método êste usado desde os tempos dos faraós e que favorece a propagação dos insetos. Recomendaram a construção de depósitos de concreto e fizeram ver que, embora êstes, no momento, representassem uma grande despesa, com o tempo representariam economia, devido à sua duração. O cálculo foi o seguinte: o cereal na “shouna” é guardado em sacos de juta de 5 “bushels” e meio, alugados por umas poucas piastras por mês; os armazéns de concreto saem por um preço total de 50 piastras por 5 bushels e meio. Mas o aluguel do saco continua sempre sendo pago e em 17 meses representa o custo de um armazém de concreto que deve durar pelo menos meio século. Assim, com o tempo, o método moderno representa economia não somente de alimento como também de dinheiro.

A falta de gorduras e óleos

Os projetos da FAO em dois outros países são igualmente dignos de nota como exemplos do que está sendo realizado.

Na Venezuela, “o problema n.º 1 da nação”, tal como foi denominado por uma missão da FAO, era a falta de gorduras e óleos.

A manteiga, e toucinho, os óleos vegetais de que dispunham os venezuelanos representavam, em média, pouco mais de um quarto de onça diária *per capita*. Como o regime alimentar do povo é rico em hidratos de carbono, as gorduras “invisíveis” do leite, dos ovos, da carne e do peixe, pouco adiantam para melhorar êsse total.

Os norte-americanos e britânicos, pelo contrário, consomem até três e meia onças de gorduras de toda espécie por dia e até mesmo mais.

A situação da Venezuela representava uma séria ameaça à saúde e à produtividade. E com quase a metade dessa parca ração tendo que ser trazida do estrangeiro, a Venezuela fez um apêlo aos peritos da FAO no sentido de estudarem os recursos em potencial, do país.

Uma comissão composta de três membros foi assim incumbida de estudar as selvas e as plantações do delta do Orenoco da região do Lago Macaráibo e as zonas litorâneas. Êsses homens sobrevoando em aviões todas essas áreas, contaram as palmeiras e verificaram a situação viajando de bote, de “jeep” e a pé.

Seu relatório revelou a existência de palmeiras silvestres “potencialmente importantes como fontes de óleos comestíveis e industriais”. Em condições ótimas, o óleo de palmeiras pode fornecer até 3/4 da quantidade de gorduras e óleos que o país consumia até então.

Seria, porém, uma iniciativa dispendiosa; exigiria o desenvolvimento de nova maquinaria para quebrar a casca dos côcos ou muita mão-de-obra, barata, justamente o que não havia.

Os peritos lembraram outra providência. O rendimento de 1.500.000 coqueiros cultivados da Venezuela podia ser aumentado, para fornecer mais 3.400 toneladas além das 13.300 toneladas de gorduras e óleos visíveis e a missão aconselhou a plantação de mais palmeiras oleaginosas africanas.

Além disso, a missão declarou que os Estados de Portuguesa e de Guarico podiam produzir safras anuais de sementes oleaginosas "para satisfazer tôdas as necessidades do país no tocante a óleos comestíveis, sem desequilibrar a agricultura". Por isso, encareceu a expansão imediata da produção de gergelim.

Várias centenas mais de toneladas de gorduras e óleos seriam assim fornecidas anualmente — declararam — "simplesmente pelo aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento que diminuiria o excesso de perdas".

Praças das árvores

A Itália, nosso segundo exemplo, sofria os efeitos de uma praga das castanheiras. Essa praga invadira a península em 1938 e se propagara com a mesma intensidade com que havia virtualmente destruído as castanheiras norte-americanas nos anos de 1920 e 1930. As castanheiras da Itália cobrem quase dois milhões de acres de terras. Significam alimento para homens e animais, combustível, madeira, matérias corantes.

Mas os métodos de profilaxia dessa praga não haviam produzido resultado e a doença continuara a espalhar-se pelos esporos levados nas asas dos passarinhos e insetos e até mesmo na sola dos sapatos dos viajantes.

Quinhentos dólares dos fundos da UNRRA, entregues à FAO, habilitaram dois cientistas italianos — Aldo Paravi e Antonio Biraghi — a viajar até a região de Bilbao, na Espanha. Ali estudaram cem castanheiros japoneses que haviam resistido um quarto de século a despeito da infecção. Outras castanheiras orientais e espanholas, aparentemente, haviam resistido inteiramente à moléstia.

Os dois cientistas levaram para a Itália sementes que foram plantadas num viveiro experimental em Masone. O governo chinês, a pedido da FAO, enviou 40 libras de castanhas de outras árvores resistentes, por via aérea, para auxiliar os estudos.

Hoje, enquanto os velhos castanheiros da Itália sucumbem à praga inexorável, novas árvores, talvez mais resistentes, podem ser plantadas nas encostas das montanhas — símbolos de um movimento internacional contra a fome.

A maldição do gado

A fim de têmos uma idéia do que se pode fazer graças ao esforço internacional, da ciência aplicada para a melhoria da lavoura e de maiores rendimentos agrícolas, vejamos como foi tratado um problema internacional de *per se*, tal, como por exemplo, o mormo. O mormo é uma doença que

ataca os bois e os búfalos da Ásia e que se espalhou no último século pela Europa, depois de surtos generalizados nos países do sul do Oriente. É uma doença infectuosa que mata entre 2 a 5 milhões de animais anualmente; isso significa não somente a diminuição do suprimento de carne como também a redução das colheitas de arroz, isso porque, na China, por exemplo, cada búfalo, trabalha em média na produção de 3.300 libras de arroz por ano e, de um modo geral, cada lavrador dispõe apenas de um desses animais.

Durante vários anos, antes da guerra, foram feitas tentativas para produzir uma vacina capaz de imunizar o gado contra o mormo, mas os resultados não foram dos mais satisfatórios e foi pensando diretamente na ameaça de uma guerra biológica durante o último conflito mundial, que um grupo americano-canadense de cientistas começou a fazer experiências na Estação Experimental de pesquisas de Grosse Isle no rio São Lourenço, a 29 milhas de Quebec. Temia-se que o inimigo tentasse propagar o mormo entre o gado do continente norte-americano, até então livre dessa moléstia. Sessenta milhares de cabeças exigiam proteção contra tal ameaça. O problema era descobrir e fabricar vacinas eficazes, em número suficiente para imunizar esses animais.

Muitos vírus podem ser criados em ovos de galinhas e o vírus do mormo não fez exceção a regra. Em outras palavras, o pinto em desenvolvimento dentro do ovo pode ser infetado com a moléstia e, no laboratório, um pinto pode ser infetado por outro. Quando a infecção já se propagou dessa forma, de um para outro, entre 50 ovos fecundados, o vírus torna-se muito menos virulento e pode ser usado como vacina para o gado. É o mesmo princípio da vacina antivariólica. Da mesma forma, uma vaca infetada com o mormo criado artificialmente tem uma ligeira infecção, mas fica imunizado contra a forma bovina da doença, talvez mortal.

Assim, graças a esse trabalho secreto de guerra, já se pode hoje produzir em massa injeções contra o mormo, com ovos de galinhas. Quando terminou a guerra, um milhão de doses da vacina foram entregues à UNRRA para serem distribuídas na China. Foram levadas de avião para Nanquim em maio de 1946 e 250 mil cabeças de gado foram inoculadas, sendo mais de 100 mil em Kiangsi, onde, desde então, nunca mais se verificou um surto de mormo.

Infelizmente, porém, depressa se esgotou a quantidade de vacinas doadas e tentou-se, então, sem resultado, fabricar novas vacinas em Nanquim com dois tipos de vírus chineses e um do Cairo. Graças aos esforços da FAO, o Dr. K.V.L. Kesteven, veterinário-consultor na China, foi levada de Nairobi, Kênia, uma raça de vírus para o Bureau Nacional de Pesquisas de Indústria Animal em Nanquim. Ali, depois de pacientes trabalhos, conseguiu-se uma vacina de embrião de pinto.

Propaga-se a campanha

Com o Dr. Kesteven, funcionários chineses planejaram uma campanha para vacinar os 15 milhões de bois e búfalos criados no sul do rio Yangtze, durante 12 a 18 meses. O trabalho devia-se estender posteriormente para o Norte. Com o início da campanha de vacinação, o Bureau Nacional de Pesquisas de Indústria Animal pôde começar a produção das próprias vacinas em grande escala. O programa de produção de vacinas deu tal resultado, que a China passou a ajudar o Tailândia, quando ali irrompeu uma epidemia de mormo, matando cerca de 200.000 animais em um ano.

Mesmo nos anos normais, a Tailândia estava perdendo no mínimo 15.000 cabeças de gado anualmente e assim, com a ajuda da FAO, iniciaram-se experiências, primeiro em Bangkok e depois em Pakchong — dois possíveis centros de produção — para beneficiar toda a região do Sudeste da Ásia atingida pelo mormo.

Também Nairobi tornou-se um centro de luta contra o mormo na África. Sob os auspícios do British Colonial Office e da FAO, em outubro de 1948, foi convocada uma reunião para tratar do problema do mormo em Nairobi, com presença de veterinários de 22 países e territórios. Suas discussões, publicadas como subsídio da FAO, chegaram a uma conclusão unânime: "com medidas profiláticas agora possíveis e graças às facilidades de produção, a erradicação do mormo é uma possibilidade prática e deve ser levada a efeito sem perda de tempo".

Em comêço de 1949, a vacinação contra o mormo foi iniciada na Etiópia, com o auxílio da FAO. Nesse país com 12 milhões de habitantes, há 15 milhões de cabeças de gado; mas em cada quinze animais, um, morre de doença, anualmente. A Etiópia pode muito bem se tornar grande exportadora de carne, se conseguir eliminar essa doença.

O mormo é apenas uma das doenças que prejudicam os rebanhos bovinos existentes no mundo. Há também a mastite, a infecção do úbere da vaca por estreptococos, para não falar em várias outras. A mastite ataca os rebanhos leiteiros em todo o mundo, e durante os primeiros anos após a guerra, somente na Europa dava um prejuízo de 5 milhões de toneladas métricas de leite por ano. A décima parte dos 20/25 milhões de vacas na Europa estava sendo atacada pela moléstia.

A penicilina poderia curar 70 a 80% das vacas atacadas de modo permanente, mas seria preciso construir novas fábricas de penicilina. Com essas fábricas, que poderiam também fornecer remédios para as necessidades humanas, declarou o Dr. Kesteven ao Fundo Internacional de Emergência para Assistência Infantil — todo o leite europeu poderia ser transformado em benefício das crianças famintas da Europa. E isso se poderia fazer na base da mesma forragem que estava sendo consumida para a alimentação do gado.

Eis um trabalho que não somente faz render os recursos atuais, como também constitui a base de uma melhoria em grande escala.

Mas os problemas são grandes. Todas essas doenças aguardam, inicialmente, para serem controladas, os resultados de pesquisas de laboratório, trabalho longo e incerto. Depois vem a tarefa de ensinar aos cientistas e técnicos, por todo o mundo, os fatos que forem descobertos — o que a FAO realizou estabelecendo escolas para cientistas, onde os mesmos podiam estudar os progressos realizados no campo da profilaxia das doenças de animais, conservação de solo, congelamento de alimentos, controle de pragas e outros assuntos ligados ao problema. Depois desse trabalho com cientistas e técnicos, dentro dos respectivos campos de especialização, a FAO e outras agências da ONU têm que auxiliar a divulgação de fatos, entre os não cientistas, administradores e autoridades oficiais e fazendeiros do mundo inteiro. A estes compete aplicar os novos conhecimentos, se puderem, mas isso talvez não seja fácil. Os métodos de profilaxia exigem, não raro, habilidade e conhecimentos fora do alcance do povo, sem o adestramento necessário. Neste ponto também as agências internacionais estão começando a agir, no sentido de promover facilidades de educação por vários meios. Mas é importante compreender que o progresso será inevitavelmente lento porque as dificuldades são grandes. O fato mais auspicioso é que o problema está sendo atacado.

5 — PRODUZINDO MAIS ALIMENTOS

O milho é o primeiro alimento que o Velho Mundo aprendeu dos índios do Novo Mundo e os Estados Unidos de há muito produzem uma grande parte da safra mundial desse cereal. Os cientistas norte-americanos, por isso mesmo, têm se interessado nas pesquisas sobre o milho e descobriram, graças à experiência de "breeding", que certas variedades híbridas de milho têm mais vigor e dão melhores rendimentos por acre. Esse milho híbrido conquistou o "Corn Belt" norte-americano durante anos, desde 1933, e hoje, mais de quatro quintos do milho dos Estados Unidos é híbrido. Essa pesquisa, juntamente com estudos acerca do cultivo e de adubos deu o resultado de que, com 10% menos de terras cultivadas, a produção se elevou em 50% em comparação com a de antes da guerra.

A produção européia, pelo contrário, decresceu. Na Itália, por exemplo, as colheitas representavam apenas dois terços das de antes da guerra. Durante o ano de 1947, sob os auspícios da FAO o milho híbrido americano foi experimentado em locais selecionados na Itália e a FAO promoveu uma reunião internacional em Bergamo para estudar a técnica e os primeiros resultados. Depois disso, em 1948 mais de 80 variedades de milho híbrido foram embarcadas para experiência para 18 países europeus e do Oriente Médio. É um trabalho longo, esse de adaptar novas variedades às condições locais, mas essas experiências podem vir

a proporcionar melhores rendimentos de milho na Europa, como aconteceu nos Estados Unidos da América. De qualquer modo, são iniciativas que mostram como o esforço internacional pode concorrer para a expansão da produção alimentar, vencendo as barreiras nacionais que cerceiam a difusão de conhecimentos e de material.

A difusão dos conhecimentos

O aumento de rendimento é uma coisa. Outra, porém, é como cultivar mais terras. Na Conferência da FAO, em 1948, em Washington, cerca de 36.000 milhões de acres de terras secas foram considerados em condições de produzir trigo; oito por cento das mesmas já estão cultivadas. Assim, ainda há terras aguardando aproveitamento embora grande parte das mesmas exija reajustamentos drásticos nas práticas habituais de vida e é isso que precisa ser feito. Na Nova Guiné, por exemplo, ainda há terras virgens por explorar. Ali, quase um terço das terras continuam incultas.

Há a vasta, quente e chuvosa selva amazônica, no coração da América do Sul, que outrora produzia tapioca e amendoim, quina e borracha. Com seus 200.00 habitantes num território do tamanho dos Estados Unidos, permanece ainda uma terra virgem, desconhecida. Sob os auspícios da UNESCO, foi criado o Instituto da Hileia Amazônica e através do mesmo, nove nações, a FAO, a WHO e outras organizações poderão trabalhar em conjunto para reunir os conhecimentos científicos necessários para o desbravamento e o desenvolvimento da região.

Muito ainda resta a fazer no sentido da introdução de novos métodos agrícolas apropriados a condições climáticas extremas — os trópicos e a região ártica — e os peritos consideram que eventualmente se pode esperar, de uma forma ou de outra, conseguir cultivar muito mais nesta Terra do que atualmente se cultiva. Há um estudo da FAO que diz: "Se apenas 20% dos solos potencialmente produtivos dos trópicos e 10% dos solos potencialmente produtivos do Norte fôssem aproveitados, acrescentar-se-ia um total de 1.300 milhões de acres aos 3.000 milhões atualmente em cultivo, representando um aumento de cerca de 40%".

Dinheiro, homens e cérebros

Todos esses projetos de desenvolvimento e incremento exigem dinheiro e cabe ao International Bank for Reconstruction and Development fornecê-lo, desde que haja uma garantia de aumento de produção. O Chile obteve um empréstimo para adquirir tratores, máquinas debulhadeiras, e ceifa-

deiras mecânicas, equipamento de irrigação e caminhões, de modo que os fazendeiros no país podem substituir os bois vagarosos por motores e cultivar maiores áreas. O México obteve um empréstimo de 34.100.000 dólares para o desenvolvimento de energia elétrica. A Holanda recebeu auxílio para comprar forragens, cereais e tortas para a alimentação do gado e fertilizantes. A França e a Dinamarca foram igualmente ajudadas.

Muitos planos exigem aumento de mão-de-obra. Acontece, não raro que um país novo dispõe de um número insuficiente de homens para as novas tarefas, enquanto que há muitos indivíduos deslocados, sem emprêgo em outras partes do mundo. A International Refugee Organization e a Organização Internacional do Trabalho já começaram a tarefa de encaminhar os homens para o trabalho.

Finalmente, conta-se com a ajuda de homens de imaginação, pesquisadores, exploradores, os quais, não contentes com as atuais limitações humanas, estudam novos rumos a seguir. Poderemos cultivar os mares, tal como cultivamos a terra? Poderemos fazer substâncias alimentares do ar, da água e do carvão, por processos químicos sintéticos? Será possível cultivar produtos inteiramente novos, tais como leveduras, que são fontes de proteínas e vitaminas? Tudo isso é possível mas, como sempre, somente mediante determinado preço, determinado custo em mão-de-obra, consumo de energia e investimentos de capitais. Tudo isso pode significar colaboração e despesas do vulto das exigidas para o projeto da bomba atômica. São tarefas para as nações enfrentarem em colaboração umas com as outras.

De mãos dadas para a reconstrução do mundo

São essas, pois, as realizações, esses os planos das Nações Unidas e de suas agências especializadas, visando a preservação dos alimentos do mundo. Quando os ministros das Relações Exteriores brigam na Assembléia da ONU e quando esses contínuos impasses geram ceticismo quanto à possibilidade de uma colaboração internacional e de paz, vale a pena lembrarmos a obra da UNRRA e da FAO, do International Bank, da WHO, da UNESCO e de todas as outras agências da ONU. Algo de positivo tem sido realizado. A colaboração, até certo ponto, é um fato. As várias organizações estão trabalhando pela paz, lutando contra a fome.

Esta também é uma das causas pelas quais se batem as Nações Unidas — *FIAT PANIS* — o lema inscrito sob uma espiga de trigo no emblema da FAO. Que venha o pão!